



DESPERTAR

BOLETIM RELIGIOSO DA IGREJA LUSITANA

Director — L. DE FIGUEIREDO

Redactor principal — SAUL DE SOUSA

Redactor correspondente no Norte — A. FERREIRA ARBIOL

Redactor correspondente no Brasil — OCTACÍLIO M. DA COSTA

Redacção — Calçada das Lages, 6 — Lisboa

Administração — F. V. D' OLIVEIRA — Rua do 1.º de Maio, 54, 2.º — V. N. de Gaia

Composição e impressão : Empresa Técnica de Tipografia, Lda. — Vila Franca de Xira

MENSAGEM EPISCOPAL

EDITORIAL

Os Leigos e o Clericalismo

Revd.^{mo} Bispo D. Luís Pereira

PARECE paradoxal, mas são muitas vezes os leigos os principais responsáveis por aquele errado predomínio do clero a que costumamos chamar clericalismo.

No nosso organismo, quando certos órgãos por qualquer motivo deixam de funcionar normalmente, outros órgãos compensam essa deficiência tomando um desenvolvimento anormal.

Na Igreja sucede algo de semelhante. O Ministério Apostólico, dádiva de Deus à Sua Igreja, penhor visível de continuidade, unidade e de graça sacramental, constitui como que um sistema ou conjunto de órgãos, de importância vital para a Igreja.

Por sua vez os leigos têm não menos importantes funções a desempenhar no «Corpo de Cristo», em parte correspondentes às funções dos clérigos, embora a outro nível e exercendo-se de diferente modo.

Quando os leigos **se atrofiam**, quando deixam de ser participantes no culto, para se tornarem meros espectadores; quando em vez de levarem a Igreja para o Mundo e serem a Igreja no Mundo, antes trazem o Mundo para a Igreja e constituem nela uma colónia do Mundo, informada pela mentalidade e prioridades «deste perverso século», é natural que o clero reaja e tente fazer o que o Povo deixa de fazer e que lhe pertencia fazer. Estabelece-se assim um clericalismo que podemos chamar «de compensação».

A História da Igreja porém mostra que esse tipo de clericalismo dura pouco.

Aquilo que ao princípio era uma reacção salutar, uma hipertrofia compensadora, acaba por se tornar em tumor maligno, verdadeiro cancro depauperador e mortífero. Forma-se o clericalismo prepotência, o clericalismo formalidade, deformação blasfema do Ministério Apostólico, estabelecido pelo Divino Fundador da Igreja como continuação e participação visível do Seu próprio Ministério. — «Como o Pai Me enviou a Mim também Eu vos envio a vós» (S. João 20.21).

A Igreja continua — «As portas do Hades não prevalecerão contra ela». Os sacramentos continuam e portanto a graça continua, porque a validade dos sacramentos não depende da dignidade do ministro. A influência da Igreja porém fica seriamente prejudicada.

A Igreja Lusitana, quer pela sua liturgia, em que o povo tem tão larga parte a desempenhar, quer pelos seus Canones, que dão aos leigos completa participação tanto no governo da Igreja como

Um dos grandes problemas actuais da Igreja Católica, incluindo sem dúvida a Romana, é o «Ministério dos Leigos», isto é, a sua responsabilidade na expansão do Reino de Deus. «Ide e pregai o Evangelho a toda a criatura» — é uma ordem dada a todos os que se juntam ao redor da cruz.

Os clérigos, como afirmou de forma lapidar um dos padres conciliares do Vaticano II, e a quem noutro lugar fazemos referência, «não são mais que um reforço do sacerdotício do Povo de Deus». Na Igreja Católica entre os filhos de Deus não existem castas, nem poderes absolutos.

Diluir-se porém a noção desta verdade fundamental no decorrer dos séculos, através dos tempos. A Reforma do século XVI acorda-a. E as Igrejas oriundas deste movimento, ou nele em parte inspiradas, mantêm-na viva até ao presente, sem hesitações de permissão. Mas era necessário patentear-lhe de novo na sua pujança, no seu significado inequívoco, na sua actualização prática, dando-lhe novos aspectos.

A Igreja Lusitana, consciente de todos os problemas actuais, no seu último Sínodo procurou evidenciar a posição dos leigos na liturgia; na santificação das suas vidas, tomando parte nos retiros da Igreja; no seu ministério missionário, criando-lhes campos de acção; nas suas possibilidades vocacionais, facilitando-lhes o acesso às ordens sacras do diaconado; na sua actividade diocesana, evitando um paroquialismo exclusivamente local e atrofiante; na sua valorização pessoal, intensificando a sua cultura e instrução religiosa e eclésica.

O «Laós», o Povo de Deus, na multiplicidade dos seus dons e das suas posições adentro da Igreja, torna consciência dos seus deveres para com Deus e para com o Mundo. E a todos os seus problemas neste novo aspecto, o Despertar dedica este número.

(Continua na pág. 10)

NOTAS E COMENTÁRIOS

Paulo Agostinho

Vaticano II

Quem pensaria há um ano quanto de revolucionário viria a ser o Concílio Vaticano II que o Papa João XXIII, com a sua bondade e clarividência, tinha ordenado já no meio da surpresa do mundo católico conservador, que, perplexo, se agitava, receoso de reformas... Paulo VI, esperançoso de ténue deste sector, mantém, todavia, a linha iniciada e a «coisa» toma foros de verdadeiro terramoto.

O cardeal Octaviano, um dos últimos abencerragens dum romanismo acerbo e absoluto, que não convém ao mundo católico, seguindo o espírito decisivo de alguns padres conciliares, chora e lamenta-se no receio de um cisma. (1) Diáconos casados? a um tiro da morte do celibato obrigatório do clero secular? Um colégio dos bispos, compreendendo os principais bispos da Igreja e representando assim as diferentes regiões do Mundo, substituindo-se ao sacro colégio, que presentemente está ligado simplesmente à diocese Romana? (2) A assalto acérrimo feito ao Santo Ofício pelo cardeal Frings? (3) Isto será possível?

Não sabemos, apesar de algumas destas opiniões terem sido secundadas por uma maioria significativa, até que ponto se chegará, depois nas conclusões e resoluções finais. Mas destes três pontos essenciais e de outras reformas necessárias ao mundo católico-romano, e ao cristianismo em geral, alguma coisa ficará sem dúvida a atestar o bom senso dum parte construtiva e reformadora do clero católico-romano.

Que o Santo espírito ilumine os nossos irmãos ali reunidos e os ajude a resolver tão urgentes problemas, a bem deste pobre Mundo, que bem merece a atenção dos que desejam seguir o Mestre e cumprir o seu ministério.

Comentários de Padres Conciliares do Vaticano II

O bispo D. Salomão Ferraz, que na evolução do seu espírito no sentido de união da cristandade, e sob os auspícios do Papa João XXIII, adieriu há alguns anos à Igreja Católica Romana, escreve-nos de Roma uma carta que mostra bem o seu espírito vigoroso, apesar dos seus oitenta anos, e da qual não resistimos de publicar o extracto que se segue a atestar um reformismo e um senso evangélico que se revela mesmo evidente no seu novo meio de acção. De resto foi sempre a directriz do seu pensamento, um tanto irrequieto é certo, mas coerente sempre com o seu elevado ideal cristão.

«O Ministério dos Leigos na Igreja», está sendo enfrentado lealmente pelo «Concílio». Estão chegando, sem darem por isso, à doutrina acentuada pela Reforma: «O sacerdócio universal dos crentes», que é a base das democracias. O sacerdócio dos ministros não é nada mais que um reforço ao sacerdócio do povo de Deus. Uma árvore para vicejar e dar frutos, depende não somente do ar, do sol e das chuvas; de-

pende igualmente do humus vital que encontra em baixo, na terra».

«O Concílio está acentuando o valor da função os chamados «leigos» na Igreja. A palavra «clero», no Novo Testamento, significava todo o povo crente, e não apenas os ministros. O ministério cristão não é uma casta, à maneira dos pagãos, a serviço dos poderosos e dos imperialismos despóticos, mas um simples dar-se ao serviço da Igreja e de toda a vida social».

«Pensei que esta concepção era somente minha, entre os conciliares, mas verifico, com prazer, que é a opinião que vai prevalecendo entre os Padres Conciliares. Graças a Deus».

Outro padre conciliar, o cardeal negro, Laureano Rugambwa, arcebispo de Bukola (Tanganica) afirmou numa das reuniões do Concílio o seguinte que publicamos igualmente para apreciação dos nossos leitores (1).

«Deus não precisa da nossa pusilânimidade. Para defender a verdade, tentar suprimi-la e ocultá-la é não ter confiança no Espírito Santo. A Igreja é santa, como é una, católica e apostólica, mas isto não impede que os homens que a compõem tenham defeitos. Temos também de ter muito cuidado em não desvalorizar aprioristicamente a doutrina ou posições religiosas dos não católicos e temos de reconhecer lealmente os tesouros de verdade que eles têm por vezes. Não nos agarremos com teimosia às nossas verdades, enterrando-nos nelas de uma maneira fechada, sem nos abrirmos à luz que pode vir dos outros. Reconheçamos os exemplos que os irmãos separados nos têm dado em muitos campos, nos quais nós próprios temos falhado por vezes. Por exemplo, na investigação e veneração da Sagrada Escritura, no afã ecuménico, etc.. Tendo presentes os ensinamentos de S. Paulo sobre a diversidade dos dons do Espírito Santo, há que evitar confundir a unidade com a uniformidade. O ecumenismo não consiste na procura de compromissos sobre os dogmas nem na renúncia às regras da prudência pastoral, nem tão pouco a uma chamada aos irmãos separados para que uniformizem em tudo connosco».

Diálogo conciliar. Reacção protestante

Para muitos, tanto católicos como protestantes, a evolução do Concílio Vaticano II visa perspectivas extraordinárias. De facto há razão para optimismos, para entusiasmos. Mas é necessário não exagerar os prognósticos, e a frio julgar a realidade da inércia mental dos homens. A natureza não dá saltos, muito menos a Igreja Romana...

Temos de ter em conta, naturalmente, a reacção tremenda de muitos sectores da Igreja Romana que não desejam que se toque no seu governo, nas suas instituições tradicionais, no seu convencionalismo. E a discussão prossegue valorosa entre progressistas e conservadores, sem se saber ao certo até que ponto se chegará.

Graças a Deus, todavia, pela facção, a mais ilustre entre o clero romano, que,

fazendo coro com o movimento ecuménico do C. M. I., defende com coragem uma maior tolerância e amor entre as Igrejas, um abandono, por todos, do proselitismo barato de propaganda bufarinheira, o fim das rivalidades missionárias, e igualmente uma mais lógica coerência católica no governo da sua Igreja e um certo número de reformas substanciais.

É pena, porém, que uma grande parte dos padres conciliares ainda não tivesse compreendido a verdade católica — a expressão universal da Igreja de Cristo, e que todas as Igrejas divididas descendem, como a romana, dum mesmo ramo. Se assim não fora, não teria aparecido no esquema «De Ecclesia» frases como esta: «Igreja Una, Santa Católica e Apostólica é a Igreja conduzida pelo pontífice romano», identificando a Igreja de Deus, com a Igreja Católica Romana, e não se continuaria a ignorar as Igrejas separadas, para mencionar unicamente os «irmãos separados».

Esta atitude foi notada pelos observadores protestantes do concílio que manifestaram o seu desejo destes textos serem melhorados na redacção final. É um ponto primordial de entendimento fraterno. Prouvera a Deus isso aconteça. Que grande passo então se daria nas relações entre a Igreja Romana e as outras Igrejas.

Uma nova Teologia? Uma nova Dialéctica?

Homens de elevado conceito em Inglaterra, como o bispo de Woolwich e mais dois distintos deões da universidade de Cambridge, apresentaram se como revolucionários de ideias teológicas que chocaram muita gente. Parece porém não terem bem compreendido o significado das suas escritas em estilo académico e um tanto modernizado... a irritar o pacífico cidadão.

O que aconteceu? O bispo de Woolwich começou por publicar um livro «Honest to God», isto é, «Verdadeiro para com Deus» em que afirma estar o Mundo cansado das mesmas teses teológicas, repetidas sempre da mesma forma, com idêntica dialéctica e perdendo assim a sua capacidade de penetração e o seu interesse.

A lei de Cristo não é um jugo pesado mas leve, como Ele o disse, e deve-nos libertar de preconceitos arcaicos sem dinamismo de acção, sem objectivos pragmáticos. Cristo, a lei por excelência do Amor, encontrou-nos prontos a escutá-Lo, a entendê-Lo, e transformou-nos, não nós, Ele, modificando a nossa mentalidade de forma a pensarmos doutra maneira, a observarmos as coisas e os homens de outro modo, a agirmos diferentemente, no contacto com o meio mundano. Tudo isto, que pelo menos foi o que nos pareceu compreender do fundo da questão, não foge da ortodoxia. Mas a forma ousada, que toca a irreverência à tradicional forma de dizer as coisas, a maneira como se refere ao pecado sexual, que pretende pôr no seu lugar próprio, ainda que na força do 7.º mandamento, mas sem detrimento de outros pecados talvez maiores e que passam ao lado, surpreendem as gentes inglesas.

O Mundo olha-nos desconfiado. É profundamente agnóstico e facilmente aceita as doutrinas dos filósofos contemporâneos que os afastam de Deus. Temos pois de diagnosticar o mal procurando compreendê-los e falar-lhes na mesma linguagem, mantendo-se assim dum lado e doutro um diálogo compreensível, se as aspirações forem idênticas, sérias e francas.

O Mundo procura uma Paz. Os sistemas sociais modificam-se numa directriz hu-

(Continua na pág. 12)

O Leigo na Igreja Cristã

O DESPERTAR

Rev. Guedes Coelho

O assunto que me pediram para abordar é para muitos apaixonante, formando-se correntes que com grande zelo e entusiasmo procuram recrutar adeptos para o seu partido.

Há quem pense que o laicado alcançou nos nossos dias a idade adulta, a maturidade indispensável para resolver em grande parte a problemática em que se debate a Igreja Cristã. Sendo assim, opinam que se dê ao leigo maiores possibilidades de acção e mais amplas responsabilidades.

Outros há que se colocam em posição diametralmente oposta, achando prematura e temerária qualquer iniciativa que permita ao leigo ultrapassar os limites estabelecidos pela Igreja desde sempre.

Para os primeiros, a Igreja Cristã não tem evoluído a par da sociedade hodierna, por ainda manter formas feudais que a arrastam para um indubitável estado de estagnação. Que a Igreja está perdendo em favor de outras posições chaves que sempre lhe deram a prerrogativa de mentora dos povos, dizem. Que há uma premente necessidade de reconquistar posições perdidas, mas para isso importa que a Igreja se adapte à sociedade contemporânea, incorporando-se nela através de um apostolado laico, acrescentam.

Os segundos, rejeitam qualquer adaptação da Igreja ao Mundo moderno, alegando que a crise actual é semelhante a muitas outras que a Igreja tem atravessado incólume. Afirmam que não há desactualização da parte da Igreja, somente perversão da parte do homem que se atola cada vez mais no lodaçal do pecado. No seu optimismo, recordam que outras ideologias têm aparecido através dos séculos, causando, é certo, perturbação, mas temporária, pois ao cabo de algum tempo encontram-se encanecidas, caíndo de podres, enquanto que a Igreja tem mantido uma perene juventude, crescendo em maior esplendor, após cada vicissitude. Recomendam serenidade, porque embora a Igreja esteja sendo açoitada por rajadas ciclónicas que parecem abalar os ali-

cerces sobre os quais se estrutura, o certo é que, ela permanecerá como rocha inquebrável, rejeitando toda a solicitação que a corrompa, porque é no tempo o prolongamento de Cristo ressurrecto que prometeu estar com ela até ao fim dos séculos.

Ambas as correntes defendem conceitos válidos, tornando-se difícil tomar uma posição.

Pessoalmente, mantemos uma atitude de reserva, não por reacção contra o laicado, mas porque desejamos ter a certeza — e só o tempo nos dirá — se estes movimentos pró e contra o laicismo não serão mais uma explosão da paixão humana que ocasionará maiores danos à Igreja do Senhor.

Estamos, no entanto, convencidos que um ajustamento entre as duas correntes estabelecerá uma reforma estável com visíveis benefícios para a Igreja e para a Humanidade, afastada por várias circunstâncias, da Cruz de Cristo.

A Igreja Lusitana e o Laicado.

Foi nossa intenção ao pegarmos na pena, escrever somente para os fiéis da Igreja Lusitana e mesmo para estes, sem a pretensão de estabelecer nova doutrina.

Nesta pequena Comunidade Cristã, desde a sua reorganização em 1880 como Igreja independente de Roma ou de qualquer outra confissão não romana, o leigo ocupou sempre lugar destacado, prestando com a sua acção um bom contributo tanto na propagação do Evangelho, como na administração paroquial e sinodal. Embora pareça paradoxal, o certo é que a Igreja Lusitana rege-se por princípios democráticos como as grandes e muito respeitáveis Igrejas Reformadas.

Segundo o nosso humilde parecer, na Igreja Lusitana, não há lugar para laicismos ou clericalismos, pois leigos e sacerdotes fundidos num só corpo alimentam pela hierarquia sentimentos de confiança recíproca, humildade e obediência filial do Pastor dos pastores, o bispo, ao qual foi dado pelo Senhor da Igreja a autoridade visível como

Com este número termina mais um ano de publicação do Despertar. Este boletim religioso da Igreja Lusitana publicase desde 1950 com persistência, ainda que, concordamos, com uma certa irregularidade que muitos dos nossos leitores deploram.

Publicaram-se neste ano apenas quatro números e não cinco como havíamos indicado. Mas se faltámos no que diz respeito à quantidade de números publicados, excedemos bastante o número total de páginas, (e isto é o que interessa sob vários pontos de vista) pois cada número foi de 12 páginas. O total ao fim de um ano foi assim de 48 páginas e não simplesmente de 40 como seria se tivéssemos publicado 5 números com 8 páginas, as consideradas anteriormente normais.

Esperamos que os nossos leitores nos desculpem todas as nossas imperfeições e compreendam, pelo menos, a nossa boa vontade e desejo de servir.

O rev. Saul de Sousa tem sido um dedicado redactor, há alguns anos, deste boletim religioso. Todos o conhecem já pelos seus artigos claros, demonstrando uma atitude simples, sincera e transparente. Escreve como fala, como sente. A sua mensagem reveste-se sempre duma actualidade jornalística, revelante do seu espírito pragmático, objectivo. Estava chegada a altura de tomar uma responsabilidade mais directa na redacção do jornal como merece e como o boletim necessita. De hoje em diante será, portanto, o seu redactor principal.

Temos hoje também o prazer de apresentar um novo colaborador, o rev. João Soares de Carvalho que não é um desconhecido no meio evangélico, onde se distingue pelo seu espírito ecuménico, e também não o é nas lides do nosso boletim pois já foi seu redactor durante algum tempo. Deixou o nosso jornal então, para ir dirigir o jornal «Portugal Novo», órgão evangélico que foi duma extraordinária repercussão na comunidade evangélica. Este nosso distinto amigo vai encarregar-se da secção «Publicações Recebidas—Crítica de Livros e de Revistas Teológicas.» Nesta secção se apreciarão as publicações de que nos enviarem dois exemplares, e quaisquer outros livros de cultura e informação teológica, nacionais ou estrangeiros, para orientação dos nossos leitores. Estamos certos que todos, e em especial os estudiosos, irão apreciar este novo aspecto desta secção.

(continua na pág. 11)

A Direcção

Antologia Devocional

À SOMBRA DA CRUZ

«As asas da tua providência, oh Senhor, expandem-se por cima da terra,
e o justo desgraçado acolhe-se debaixo delas».

«Porque aí moram os santos contentamentos;
esquecem a dor da vida;
vive-se à luz da esperança».

«Confiado em ti, o fraco afronta as tiranias do forte:
o humilde ri das soberbas do poderoso».

«Quem revelou aos pequeninos e oprimidos esta divina guarida?
Quem nos ensinou a esperar?
Quem a ser feliz pela fé no meio das agonias?»

«Foi Cristo, o teu filho querido.

A tua justiça condenava à dor o género humano ainda no berço:
Ele nos conquistou para a felicidade no meio dos tormentos da cruz».

«Nós tomaremos, também, esta em nossos ombros:
ela é a guia da bem-aventurança».

«O seu peso é suave:

porque sob ela os espinhos da existência que ensangüentam os
membros do peregrino sem repouso, chamado o homem,
convertem-se em prado macio de relva e boninas.

«Que reine para sempre a cruz!»

Alexandre Herculano, século XIX

*Este belo trecho de Herculano foi posto em poesia
pelo cônego Eduardo Moreira, para a qual foi
composta música pelo prof. Eurico de Figueiredo.*

SALMO I

*Feliz de quem não cai em se guiar
Por conselhos de gente depravada;
E em vendo que vai mal, muda de estrada
E nunca se demora em mau lugar;*

*Que o seu empenho é só unicamente
À Lei de Deus, que estuda noite e dia:
Como a árvore ao pé de água corrente,
Dá a seu tempo o fruto que devia.*

*Nunca lhe cai a folha; empreza sua
Sai por força conforme o seu intento;
Enquanto o ímpio, o mau trabalha e sua,
E é sempre como o pó que espalha o vento!*

*No tribunal onde há-de ser ouvido
Não conte com sentença a seu favor,
Que não entra no número escolhido
Dos justos, dos amigos do Senhor.*

*O justo, Deus bem sabe o seu caminho
E guia-o, não o deixa andar sôzinho;
E o caminho do mau, pelo contrário,
É beco sem saída e solitário.*

João de Deus, século XIX

Centenário do Nascimento do Saudoso Rev.

José Augusto dos Santos e Silva

(continuação da pág. 6)

em todos os sectores sociais com
que contactou, mórmente no
evangélico.

Incansável batalhador pela Cau-
sa de Jesus Cristo não obstan-
te a sua pouca saúde, de peque-
na estatura mas grande de alma,
sempre animado por aquele espí-
rito que o próprio Senhor sentia,
quando disse:

«Convém que eu faça as obras
daquele que me enviou, enquanto
é dia; a noite vem, quando nin-
guém pode trabalhar» (João 9. 4).
Impos-se à consideração e respeito
de todos os que o conheciam, mes-
mo dos indiferentes em religião
ou inimigos dela e até dos de ou-
tras correntes religiosas, quando
procuravam silenciar nos seus lá-
bios as Boas Novas de Salvação
em Jesus.

Vasto foi o número das almas
por seu intermédio convertidas ao
Senhor Jesus, das quais ainda tan-
tas existem que se associam a mui-
tas outras que com ele privaram,
na lembrança saudosa da sua per-
sonalidade excepcional.

Iniciou o rev. José Augusto
dos Santos e Silva o pastorado
desta Igreja em Janeiro de 1908,
quando da sua organização pelo
sistema Congregacional se situa-
va na Rua de Angra do Heroísmo.

Reconhecendo acanhado aquele
local para conter o número de al-
mas que ali se congregavam, ini-
ciou a campanha para a constru-
ção do actual, templo da Rua de
Febo Moniz, n.º 17-19.

Floresceu esta Igreja sob a sua
orientação de inexcedível zelo e
acendrado amor pelas almas, tor-
nando-se centro de uma actividade
evangelizadora que se irradiou
por outros pontos desta cidade,
dos seus arredores e por outras
localidades da província, até que
o Senhor o tomou nos Seus bra-
ços em 15 de Fevereiro de 1940,
no momento em que ele expres-
sava: «Jesus me chama para o Céu.
Eu lá vou!»

A Comissão

Haverá Antinomia Entre Leigos e Clérigos?

Rev. Saul de Sousa

HÁ tempos, numa reunião de pessoas de confissão diferente a que assistimos, a agenda seguida indicava que certa função não poderia ser desempenhada por leigos. Não vendo motivos para tal restrição, pedimos a palavra para defender o princípio de que aquele cargo tanto podia ser desempenhado por clérigo como por leigo, indistintamente.

Este nosso ponto de vista foi corroborado por um dedicado irmão em Cristo, acrescentando, todavia, que embora encontrasse na sua Bíblia certos termos pelos quais são denominados os seguidores de Cristo, como «santos, irmãos, cristãos», etc., jamais encontrara o de «leigos». Evidentemente, não podíamos concordar com esta última asserção; mas também a ocasião não era oportuna para entrarmos em apreciações alheias à agenda de serviço que tínhamos à nossa frente, razão por que nos calámos.

Sendo, porém, este nosso número do *Despertar* dedicado aos leigos, julgamos muito a propósito dizer algo sobre o assunto.

O vocábulo «leigo», como tantos outros, chegou até nós através do grego (*laós*, no grego do Novo Testamento; e *laicós*, no grego moderno). E, como acontece também a quase todas as palavras, *laós* donde nos vem «leigo» e «laico», etimologicamente tinha um sentido, sendo este que a semântica se encarregou de diversificar; de modo que hoje tem, pelo menos, mais dois sentidos que eram estranhos à sua origem.

Laós é «povo», mas empregado num sentido de honra, como para designar um povo escolhido e peculiar, como seja o Povo de Israel ou o Povo Cristão. É neste sentido que nos aparece o termo *Laós* nas Escrituras do Novo Testamento como, por exemplo, na Primeira Epístola de São Pedro, cap. 2, versos 9 e 10. Portanto, na língua em que primeiramente foi escrito o Novo Testamento, ser leigo era pertencer ao Povo de Deus — a Santa Igreja.

A partir do século IV, «leigo» aparece-nos já com outro sentido: como designação daqueles que, embora pertencessem à Igreja, não tinham recebido Ordens Sacras.

Mais tarde, «leigo» veio ainda a significar a ignorância que se tem de qualquer matéria sobre a qual não nos devemos

pronunciar visto a desconhecermos.

Pelo exposto, que é sem dúvida do conhecimento de muitos, se não de todos os que nos lêem, quando se fala de «leigos» há que ter em conta as diferentes acepções do vocábulo.

No sentido bíblico todos os cristãos são leigos, uma vez que todos pertencem ao *laós*, isto é, ao Povo de Deus. Neste sentido o clero é tão leigo como o restante povo da Igreja.

No sentido religioso mais comumente usado, leigo é aquele que não recebeu Ordens Sacras, seja qual for o grau de cultura que porventura tenha. Admitamos, embora como hipótese pouco provável, que certo bispo ordenava uma pessoa sem um mínimo de cultura geral ou teológica. Um homem ordenado em tais circunstâncias, poder-se-ia chamar leigo por duas razões: primeira, porque pertencia ao povo de Deus — a Igreja; segunda, porque ignorava o que devia saber referente ao seu ofício eclesiástico. E não obstante isso, estaríamos diante de um diácono, ou de um sacerdote.

O ministério e sacerdócio cristão é pertença de toda a Igreja (leigos e clérigos). Toda a Igreja é chamada a servir. Cada um, porém, deve fazê-lo no seu devido lugar, segundo a sua ordem e função (Efés. 4. 11-16).

Haverá, porventura, antinomia entre leigos e clérigos, pertencendo todos à mesma Igreja? — Absolutamente, não. O que há são diferentes funções.

Os chamados clérigos ou eclesiásticos eram leigos que, vocacionados por Deus e pela Igreja, se dedicaram, de modo todo particular, ao serviço da comunidade. Pela sua ordenação receberam da parte de Deus, na Igreja, a autoridade para o exercício do seu *munus*; pelo que devem ser considerados «como ministros e despenseiros dos mistérios de Deus» (1 Cor. 4. 1, 2).

O vocábulo *cleros*, donde nos vem clero e clérigo, foi magistralmente definido por São Jerónimo, numa das suas cartas a Napociano: «É necessário, em primeiro lugar, que o clérigo compreenda bem o significado da palavra por que é designado e se esforce por conformar a sua vida com o que lhe é imposto pelo nome. a expressão grega correspondente, signi-

fica lote, quinhão, parte. Os clérigos são pois quinhão do Senhor ou, inversamente, é o Senhor o seu quinhão»...

Em potência, todo o varão baptizado é clérigo, se para tal ministério for chamado pela Igreja. No Baptismo nascemos para Deus e Sua Igreja; na Confirmação somos apetrechados com os dons do Espírito Santo e fortalecidos pelo Seu poder. Por isso à Confirmação já alguém chamou, com certa propriedade, a «ordenação dos leigos». Uma vez pertencendo ao *laós* de Deus, temos de servir a Igreja, consoante a nossa vocação e ministério (1 Cor. 12. 1-12). A Igreja é um corpo com muitos membros, e nele cada membro tem a sua função (Rom. 12. 4-8; 1 Cor. 12. 12-31).

Não existe pois qualquer colisão entre leigos e clérigos. Todos são membros do Corpo de Cristo. Todos constituem o Povo de Deus, o sacerdócio santo, para oferecer sacrifícios espirituais, para anunciar Cristo ao Mundo (S. Ped. 2. 9). Os vários ministérios e o sacerdócio de que nos fala o Novo Testamento são pertença de toda a Igreja, os quais encontram o seu expoente e expressão visíveis no ministério e sacerdócio ordenado.

Os nossos leigos têm tarefas muito importantes a desempenhar tanto dentro da Igreja, cooperando com os seus ministros, como, e principalmente, no Mundo onde exercem as suas actividades seculares, Mundo que, por vezes, mercê de circunstâncias de vária ordem, aos ministros da Igreja está interdito...

Um e o mesmo é o nosso sacerdócio. Há apenas uma prioridade de valores, baseados na ordem, na disciplina e na função específica que, pela autoridade de Deus, através da sucessão apostólica na Igreja, foram confiados a «homens idóneos e fiéis» chamados a pregar o Evangelho, a administrar os Sacramentos, e a oferecer, com os seus irmãos leigos, culto de louvor, sobressaindo o Santo Sacrifício da Eucaristia.

Aliança Evangélica Portuguesa

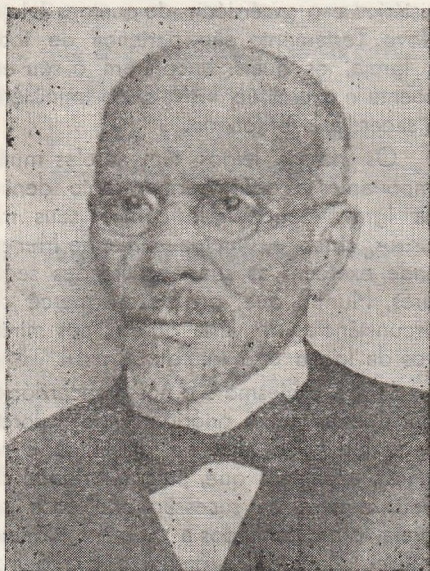
Recebemos uma carta do seu distinto e esforçado presidente, pastor Guido de Oliveira, pedindo rectificação à nota publicada sobre «Prontuários», em que se dizia ser a Aliança Evangélica Portuguesa um ramo de uma organização estrangeira. O estar filiado num movimento ecuménico — assim nos diz — como a Aliança Mundial, em nada implica a diminuição da sua natureza intrínseca, de características puramente nacionais e de objectivos de cooperação de todos os evangélicos portugueses.

É pois com muito prazer que o rectificamos, pedindo desculpa do lapso involuntário.

CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO SAUDOSO

Rev. José Augusto dos Santos e Silva

Nos dias 13, 15, 16 e 17 do mês passado, às 21 horas, na Igreja Evangélica (Presbiteriana) houve cultos especiais por ocasião do centenário do nascimento do seu saudoso pastor, rev. José Augusto dos Santos e Silva, em que foram recordadas muitas bênçãos recebidas do Senhor, por instrumentalidade da-quele Seu servo, durante os 32 anos do seu consagrado ministério. Da carta que nos foi dirigida pela Comissão, gostosamente transcrevemos alguns períodos.



Rev. José Augusto dos Santos e Silva

«Está presente, em todos quantos o conheceram, a lembrança do que foi este homem de Deus na sua intensa actividade evangelizadora, na sua profunda formação espiritual e na perfeita identificação com Aquele JESUS crucificado que anunciava com inspirada sabedoria, entusiasmo e poder.

De espírito esclarecido e inteligência cultivada, vida proba e de irrepreensível e tocante testemunho cristão pela humanidade e simplicidade que o caracterizava; de tratto fino, lhano e simpático; colaborador e cooperador sempre pronto; carácter forte, aberto e leal, grangeou, como é óbvio, amizades

(continua na pá. 4)

O PAPEL DOS LEIGOS

Rev. Cónego Ed

Prefiro ler nos jornais aquilo que me instrua (e por vezes tão poucas linhas ocupa) do que as intrigas e maledicências jornalísticas, infelizmente tão propaladas e servidas de largas parangonas. Mas o escândalo «dr. Ward», ou antes, o escândalo britânico, antivictoriano, a esse, eu o acompanhei, não como quem espreita «pelo buraco da fechadura» (houve há anos, não sei se persiste, um jornal francês com este significativo título) mas como quem analisa uma importante fracção da sociedade, tanto britânica como europeia, mundial aliás, com o sentimento que em Jesus foi tão sublimemente humano e tão carinhosamente divino, ao pedir ao Pai perdão para os que «não sabem o que fazem», perdendo-se e perdendo outros.

Decerto muitos foram os que leram a notícia de que o pobre ortopedista e artista, ponto final dum dos capítulos do escândalo, era «o filho libertino dum ministro anglicano da província», como o descreve Daniel Norman num grande quotidiano de Paris, acrescentando que esses tão lamentáveis sucessos «começam a ser sepultados num Himalaia de hipocrisia».

Essa hipocrisia não a quereremos nós acompanhar, mesmo que para o seu exercício se acumulem razões especiosas, preferindo-lhe antes a lealdade higiénica, profilática, sadia, tão demonstrada em nosso Divino Mestre.

Seriam muitas as considerações a fazer aqui, e de vária natureza, mas quero confinar-me por enquanto no problema dos «filhos dos crentes», os leigos que, dum modo geral, parecem ser os mais próximos da Igreja. Como baptizados, e segundo os nossos seguros princípios, não estão simplesmente **próximo**, mas **dentro**, fazendo parte dela. Lamentamos com amor cristão aqueles que conservam fora da Igreja institucional as crianças que Jesus tomou para modelo dos que quisessem entrar no Reino de Deus; ainda que bem sabemos como um dia elas, por seu alvedrio, podem **saír**. Afinal, como nós! Esse é o problema do Amor-liberdade.

Muitos factores diabólicos podem surgir para o afastamento dos jovens saídos dum lar cristão: o excesso de puritanismo exercido sobre eles, que um dia lhes parecerá artificial; o conhecimento de actos impuros ou errados, no meio em que têm vivido, e **também** do tratamento errado

desses mesmos actos; enfim, muitos outros factores. E aquele que se encontrou um dia limpo e foi salpicado da lama de fora, pode vir a enlamear-se mais que outros, alvo de menos cuidados. Lembra isto, de certo modo, o que o Senhor nos diz em Lucas 11. 24 a 26.

A Igreja Lusitana regista, em grande parte devido aos seus colégios primários, antigamente abertos aos dois sexos, onde filhos de crentes e de «simpatizantes» se instruíram e educaram, três ou quatro gerações, como exemplos consoladores para o moralista imparcial que sobre eles se quisesse debruçar, em observação eficiente.

Um dos fundadores da sua orgânica, restauradora da Velha Igreja, ministro querido de tantas famílias (entre elas a do que estas linhas escreve) foi continuado por outros ministros em duas gerações, tendo na terceira um leigo fiel e devotado; e já na quarta nos oferece o exemplo de dois leigos, uma jovem artista e um médico, que honram tanto as suas profissões como a Igreja que amam.

Outro ministro, celibatário como clérigo romano, ao abraçar a Reforma constituiu seu lar como cidadão modelar e exemplo para os paroquianos, teve na segunda geração um artista nato e professor ilustre, que foi ministro regularmente ordenado, e mais dois consagrados leigos, fiéis à Igreja e activos no bom viver; e



O Bispo Diocesano com os Párocos e os A

NO DRAMA DA IGREJA

ardo H. Morelra

surgem já elementos esperançosos, numa geração nova. Estou lembrando outro saudoso ministro cujos descendentes, em duas gerações, são exemplo de fidelidade. E se fosse necessário prosseguir, nada haveria para negar a tese que enunciei, referindo ministros da nossa Igreja, como poderia falar, com grande simpatia, de outros lares de leigos. Um destes, de grande influência na vida da Igreja, trouxe na terceira geração um clérigo cheio de juventude activa e de talento que se impõe.

E aqui nos surge este tema, velho como a própria Igreja, de leigos e clérigos nas suas relações. No balbuciar da língua, antes mesmo do alvorecer da Nação, já o populacho dizia: «Lé com lé, e cré com cré», isto é: «clérigos se entendem com clérigos e leigos com leigos». Como é lamentável este espírito humano, de primazia e mando, divisão e contenda, que vem desde o princípio! Afinal, leigo e clérigo são irmãos na mesma fé, amando o mesmo Senhor e Mestre, seguros na mesma verdade salvadora, e unidos na mesma Igreja, que ajuda a nossa santificação em humildade. Se um clérigo exorbita, mudando o espírito em que foi ordenado para um jeito de mando arrogante, erra, como erra o leigo a quem é dada certa função, se a exerce em abuso de direitos, seus ou de outrem; ou se, despeitado por falta de atenção, toma a feição de combate agressivo, que tanto prejudica o ambiente de paz de Aquele

que disse: «a paz vos deixo, a Minha paz vos dou».

Por isso eu, clérigo, sou anticlerical, tanto quanto sou antilaical. E afirmo: o clérigo cristão não é um mágico a quem tradicionalmente ensinaram a utilizar uma força misteriosa, chamada oração, para dela se aproveitar como os feiticeiros e curandeiros da África; também não é um «engenheiro da fé», que explore em proveito seu ou de uma instituição que o sustenta, os sentimentos instintivos e ingénuos da multidão, como os outros engenheiros exploram a água, o ar, a luz, o petróleo, a electrónica. Por outro lado, o leigo não é um simples ajudante ou um possível candidato à obtenção dessas falsas virtudes.

Na minha mente infantil gravou-se até hoje, tanto a figura distinta do «Senhor Cândido», o pastor que nos visitava com tanta bondade e lhanza, como a do velho Lucas, que nos trazia à venda, num singelo cabás, os livros e folhetos evangélicos, e os exemplares da Bíblia, bem encadernados em carneira, ao preço de «dois tostões»(!); o clérigo e o leigo, cada um na sua preciosa função.

Em tempos uma revista norte-americana achou elegante dar-me como «semi-profissional». Não levantei a luva, porque estava suja; mas meditei na expressão. Que vem a ser um semi-profissional? Os ministros da nossa Igreja, em dias calamitosos, já muito afastados, graças a Deus, foram aconselhados a exercer qualquer função secular honesta, para auferirem os meios de vida que lhes faltavam; e quase todos o fizeram. Como S. Paulo, quando exerceu o mister de tecelão, que aprendeu com Áquila e Priscila, foram eles então, de algum modo, semi-profissionais. Clérigos e leigos, todos temos afinal uma profissão a exercer, e todos nos devemos unir na mesma «boa confissão», para a qual Jesus nos deu exemplo «diante de Pilatos e de muitas testemunhas» (1.ª Tim. 6. 12, 13).

Profissão e confissão caminham a par, em clérigos como em leigos. Não criemos distinções fictícias; mas mantenhamos as que nos são dadas pela Palavra revelada, e que a lógica confirma: «Obedecei a vossos pastores e sujeitai-vos a eles, porque velam por vossas almas, como quem tem de dar conta; para que o façam com alegria e não gemendo; porque isso vos não seria útil» (Aos Hebr.

CONFERÊNCIA DAS IGREJAS PROTESTANTES DOS PAÍSES LATINOS DA EUROPA

Reuniu-se de 1 a 6 de Outubro de 1963 em Leysin, Suíça, a Conferência das Igrejas Protestantes dos Países Latinos da Europa. Estavam assim representadas as Igrejas Protestantes portuguesas, espanholas, francesas, suíças, belgas e italianas. Portugal fez-se representar por uma delegação das Igrejas Metodista, Presbiteriana e Lusitana. Foi pena que outras Igrejas não pudessem ter enviado também os seus delegados, para o que foram expressamente convidadas na reunião que em 6 de Maio se realizou num dos salões da Catedral da Igreja Lusitana de Paulo, dirigida pelo Secretário Geral da Conferência, rev. dr. Garfield Williams, que tão claramente



Delegação Portuguesa à Conferência das I. P. dos Países Latinos

apresentou os desejos desta conferência, de ajudar todas as Igrejas sem excepção, e, especialmente, mesmo aquelas que por quaisquer motivos não aceitam os moldes em que trabalha o Conselho Mundial das Igrejas. Este convite foi repetido depois no nosso boletim n.º 43, quando noticiámos a Conferência e a referida reunião, em que estavam presentes representantes de várias denominações.

O objectivo definido desta Conferência é de fazer contactar as Igrejas dos Países Latinos, todas elas minoritárias, exceptuando as da Suíça, e assim poderem melhor estudar em conjunto os seus problemas, as suas preocupações e de procurar as mais adequadas soluções, segundo as características particulares de cada país.



Representantes Seculares presentes ao Sínodo

(continua na pág. 8)

(continua na pág. 10)

(continuação da pág. 7)

13. 17). A obediência aos pastores é, evidentemente, em matéria de relação pastoral; e a sujeição é aquela que voluntariamente cada um de nós aceitou, tomando lugar como órgão no corpo da Igreja. Note o leigo, que grande responsabilidade toma o clérigo nas contas que tem de dar a Deus. Note o clérigo como lhe compete amar, para que a «obediência orgânica» não seja dolorosa, de forma que a sua alegria santa seja contagiosa, isto é, por todos repartida.

Muitos clérigos têm recebido preciosas lições de leigos, até de crianças, os melhores dos leigos, se bem quisermos interpretar a cena emblemática de Jesus, ao pôr no meio dos discípulos um pequenino, apresentando-o como modelo para eles. E para nós, é claro. Grande distância vai do apodo aldeão de «canalha» até ao título medieval de «menino» (**meu nino**) que era dado só a fidalgos e hoje se estende a todas as crianças, tesouro da Humanidade, garantia da Igreja.

Na minha mocidade li todas as novelas evangélicas, versão do inglês, onde a influência de crianças se apresenta como definitiva acção do Espírito de Deus, para trazer almas transviadas ou despertar espíritos adormecidos: **Hesba Stretton, Amy Lefeuve...** cito de memória estas e louvo a Deus por todas.

Falemos agora de outra qualidade de leigos, subindo do mais baixo nível físico (não do moral, repito) para o mais alto degrau da escala política: as «testas coroadas». Aí, tem havido de tudo: péssimo, mau, médio, bom, óptimo. Mas quem julgará? Se eu fizer história, «julgo», isto é, avalio, pelo juízo histórico; mas se fizer exegese psicológica como cristão, «não julgo», isto é, não profiro sentença, tanto acerca dos vivos como dos mortos. «Não julgueis»... disse o Mestre. Mas «pelos frutos os conhecereis».

Esperar a morte de alguém para se dizer o que se lhe não disse em vida, é falta de caridade e abundância de covardia. Mas usar as vidas como exemplos da experiência humana, é função de historiador, pequeno como eu ou grande como Momson ou Gibson, Plutarco ou Plínio. Utilizar as vidas para fins apolo-géticos, reservando para isso certas verdades, também não é jogo franco. Recebi com satisfação palavras de apreço dum amigo, autorizado pedagogo e filólogo, quando, ao fazer a biografia de Lutero para fins de larga divulgação no meio culto, não ocultei um erro do qual o Reformador amargamente se penitenciou. Essas linhas talvez tenham feito mais por uma sã apologética, do que qualquer tratado volumoso que, de ânimo feito, oculte os desvios humanos do biografado.

Repreensões... nem o Arcanjo Miguel as usou para com Satã, quando o combateu, segundo velha tradição a que S. Judas deu foros de ilustração educativa (S. Jud. 9).

Quando se fala de imperantes, em ligação com a Cristandade, começa-se em geral por Constantino festejado por uns como quase beato e acusado por outros como responsável por todo o desvio que o Cristianismo sofreu. Erro de parte a parte. Nem Teodósio mesmo é responsável pelos abusos da Igreja, mas à Igreja se atribua o que de bom e de mau surgiu no seu caminho, imperfeito por ser humano. Constantino, hábil político, decretou a liberdade de cultos. Não foi acto semelhante ao de Josué, dando ao povo de Israel, liberdade para seguir ou não a Adonai? Sempre o problema da liberdade, a que se referia Madame Roland, quase com a nobre cabeça na guilhotina: «Liberdade, liberdade, quantos crimes se cometem **em teu nome!**»

Constantino foi um homicida, como a metade dos governantes antigos, que invocavam a «razão do Estado». Presidiu como leigo imperante ao Concílio de Nicéa; e só no leito da morte foi baptizado. Esperemos, com ânimo forte, que tenha sido sincero. Não o julgamos sob o ponto de vista cristão. Que provas teríamos? E para quê?

Quando a Rainha Isabel II visitou Portugal, houve um comparsa português qualquer que lhe chamou «papisa». Erro palmar e malícia venenosa. Em meu juízo, o reconhecimento da chefia no que se refere a funções civis, como representante honorária dessas funções na Igreja, é perfeitamente compreensível. Desde a Reforma os evangélicos respeitaram a interferência do Estado na Igreja, em assuntos civis, o que é perfeitamente justificável, e até em matéria de ética, o que me parece condicionado pelo princípio de S. Pedro: «Julgai vós se é justo, diante de Deus, ouvir-vos a vós em vez de a Ele ouvir... mais importa obedecer a Deus do que aos homens» (Actos 4. 19 e 5. 29).

A chefia virtual honorária dos soberanos britânicos não dificulta a vida da Igreja, ainda que haja que dizer quanto ao voto parlamentar, visto não se exigir, e muito bem, adesão eclesiástica aos seus membros. Entretanto, que magníficos serviços podem os leigos prestar, até em matéria de ordem política, não só na Grã-Bretanha como na Holanda, na França, no Brasil, onde quer que estejam representados! Prestemos-lhes nossa homenagem de gratidão.

Muitos que discutem a interferência do Estado na Igreja, nas confissões católica ou reformada (ou nas ultra-reformadas) gostariam (ou gostam) que a Igreja interferisse no campo civil mais do que compete. Fixemo-nos em que a sua competência é puramente espiritual.

Portugal teve um rei que se negou a intervir na consciência de seus súbditos, quando os bispos do País lhe pediram que impedisse o testemunho dos evangélicos. Honra lhe seja. Eis aí um leigo real que ensinou clérigos mitrados; isto num País onde outrora os leigos medrosos, acovardados pela visão das fogueiras, se fizeram familiares da Inquisição, se eram gente de escol, ou carvoeiros, e outros comparsas da tragicomédia, se eram plebeus. O medo é uma doença horrível! Entre nós foi endemia de três séculos.

Hoje a Comunhão Romana dedica especial carinho ao apostolado leigo, à «Acção Católica», dando-nos uma tênue esperança de que muitos se dispam da desconfiança, pelo exercício do amor. Isto dum lado e de outro.

Ouvimos já que um sequás da Ultra-Reforma, um leigo sincero mas pouco instruído, se referia à nossa Igreja como sendo uma ponte... Pois é: a ponte da liberdade do espírito, pois só em liberdade o ser consciente se desloca. E Jesus, que disse ser o Caminho, não será Ele uma ponte, caminho sobre o abismo do pecado? Ora valha-nos Deus!

Lembro aqui grandes leigos pregadores, que nos ajudaram no testemunho e no convite. Um foi George Grubb, famoso pregador anglicano, irlandês, que nos meus catorze anos ainda escutei, entre uma multidão que se apertava num barcão enorme, ao Chafaris das Terras, em Lisboa. Haverá outros mais que o tenham ouvido? Outro, inglês nascido entre nós, foi Maxwell Wright, pregador em todas as Igrejas, num espírito rasgadamente ecuménico. Nasceu e morreu como anglicano. Viveu livremente, servindo todos.

Deixai-me agora terminar com uma notícia que reputo de particular interesse: um amigo meu, que tem grande nome na história da arquitectura portuguesa, quis ouvir as minhas humildes práticas, e mais duma vez o realizou. E sucede que na primeira teve um sábio comentário, que procurarei reproduzir de memória, comentário dum leigo não enfronhado em assuntos teológicos mas pensador experiente e artista sensível como poucos: «Noto com apreço que o vosso culto dá oportunidade a que todos tomem parte consciente nele».

É isto, amigos: o papel do leigo no drama vivo da nossa Igreja é uma colaboração completa e cordial no serviço divino, e uma participação activa, que está ainda longe de se realizar mas é preciso que se realize, na vida da congregação, no testemunho pessoal, na comparticipação da sua «economia» espiritual e material, de forma a que cada um de nós, clérigos e leigos, sinta que tudo é coisa nossa (1.º aos Corint. 3. 22,23).

Restauração do Diaconado como Ofício Permanente

Revd.º Bispo D. Luís Pereira

Entre as decisões tomadas pelo Sínodo, em sua última reunião, a que se refere à restauração do diaconado como Ofício Permanente, é talvez a mais importante pela projecção que poderá vir a ter na vida da Igreja.

Este assunto que está neste momento a apaixonar vários outros ramos da Igreja Católica, não era novo entre nós. Fora já apresentado na Reunião sinodal de Junho de 1960. Nessa ocasião, houve todavia a ideia geral de que a questão necessitava de ser mais maduramente considerada, embora em princípio fosse reconhecida como digna de estudo.

Porém agora o Sínodo reconheceu por unanimidade que a restauração do diaconado permanente era necessária.

Para esclarecimento dos leitores, transcreveremos alguns parágrafos do documento distribuído previamente a todos os membros do Sínodo, no qual se forneciam os elementos indispensáveis para uma discussão proveitosa.

«No que se refere aos ministros ordenados, diz-se no Prefácio do Ordinal do nosso Livro de Oração Comum (pg. 354): — ... «desde o tempo dos Apóstolos existem na Igreja de Cristo estas três ordens de ministros: Bispos, Presbíteros e Diáconos».

... Não é irrelevante que se recorde como evoluíram as três ordens de ministros a que se refere o nosso Livro de Oração.

De início, o ministério regular era exercido exclusivamente pelos Apóstolos. Depois, movidos a isto pelos problemas criados com assistência, sobretudo material (e talvez litúrgica) a crescente número de fiéis, os Apóstolos delegaram parte do seu ministério nos «sete» geralmente considerados os primeiros diáconos, fazendo-o pela imposição das mãos. (Actos cap. 6).

... As razões que levaram os Apóstolos a instituir diáconos, na sua essência subsistem e são talvez ainda mais fortes do que no tempo deles. Por que instituíram os Apóstolos os primeiros diáconos?

Para que, entregando a outros aquele trabalho, que não era indispensável que fosse feito por eles, pudessem ficar livres para aquela

obra para que tinham comissão e preparação especiais. (Vide Actos 6. 2-3).

Se meditarmos no que o Livro de Oração nos diz sobre os deveres do diácono (pg. 360) verificamos que esses deveres são hoje em parte desempenhados pelos presbíteros, em parte pelos leigos...»

De facto o diaconado, tanto entre nós como nos vários ramos da Igreja Católica no Ocidente, tem sido até agora apenas um pré-presbiterado.

Ora é o diácono que, segundo o Novo Testamento, tem as funções que o Livro de Oração designa. Pois se elas continuam a ser necessárias, importa que sejam exercidas por aqueles que a Igreja apresentou para as exercer, e por ela sejam reconhecidos dignos de tal ministério. Esses serão trazidos ao Bispo, sucessor dos Apóstolos, como aos Apóstolos foram trazidos os «sete» escolhidos pela Comunidade de Jerusalém. O Bispo lhes imporá as mãos e, em nome de Deus, lhes outorgará autoridade e graça sacramental necessárias para tão importante ministério.

Os que forem reconhecidos com vocação para o presbiterado, farão a sua preparação teológica; depois de cumpridos os requisitos estabelecidos, serão primeiro instituídos diáconos, como é tradicional; depois de servirem como tal o tempo prescrito, serão finalmente ordenados presbíteros.

Há porém homens em quase todas as nossas paróquias que, sem terem vocação sacerdotal, têm todavia o que podemos chamar uma vocação *diaconal*. Essa vocação manifesta-se em actividades que exercem, tornando-se verdadeiros «braços direitos» dos seus párcos. São professores da Escola Dominical, são membros «perpétuos» da junta Paroquial onde *servem* com dedicação e eficiência, são os visitantes de fiéis, bondosos e regulares dos irmãos enfermos, são ainda os que se interessam pelos visitantes ajudando-os a seguir o culto.

No entanto exercem estas funções e outras ainda sem a autoridade e a graça da ordenação, que lhes daria acesso a algumas também im-

portantes como ler o Eyangelho na Eucaristia, a ajudar o presbítero na distribuição da Sagrada Comunhão.

Estas vocações devem pois ser procuradas, reconhecidas e aproveitadas, nos moldes do Novo Testamento e da Igreja Primitiva, instituindo diáconos aqueles que as apresentam.

E' porém indispensável frisar que ser instituído diácono não constitui um sinal de incompetência ou de inferioridade. E' bem possível que, na própria Comunhão Romana, em breve se o diaconado permanente não ficar obrigado ao celibato, venha a haver maior percentagem de intelectuais e de universitários entre os diáconos do que entre os presbíteros.

Diácono e presbítero correspondem a duas vocações diferentes para duas funções distintas. Talvez não andemos muito longe da verdade se definirmos o diaconado como a sacralização do serviço social na Igreja. O diácono é, como o presbítero, um delegado do bispo e participante de algumas das suas funções. Na Igreja primitiva, na Eucaristia celebrada pelo bispo (e que era a Eucaristia padrão) o diácono tinha uma função litúrgica muito mais importante do que a do presbítero.

O Sínodo da Igreja, ao restaurar o diaconado como ofício permanente, estabeleceu certos requisitos que demonstram com clareza uma preocupação: a de que aqueles que vierem a exercer de futuro entre nós as funções de Sto. Estêvão, em Jerusalém, e as de S. Vicente, na nossa Península, sejam pessoas de carácter cristão, com bastante maturidade e mente esclarecida, cuja marca principal seja um genuíno espírito de servir. Talvez alguns nunca venham a ser licenciados para pregar.

Fica a seu cargo uma outra espécie de pregação também difícil, muito mais laboriosa e eficiente, a qual é constituída por autêntica vivência cristã, no contacto prolongado com os que aprendem, com os que sofrem e com os que não têm.

Pelo facto de haver diáconos, não ficam nem os presbíteros, nem os leigos, nem o bispo, isentos de obrigações de caridade. Mas os diáconos irão por assim dizer, especializar-se nesse trabalho e tornar-se assim exemplo e estímulo para todos nós.

MENSAGEM EPISCOPAL

(Continuação da pág. 1)

na selecção dos que não-de ser ordenados, está bastante protegida contra o clericalismo. Não a julgemos no entanto, completamente a coberto de tão grande flagelo. Compete portanto aos leigos velarem para que este mal não venha a surgir.

Não é porém tomando atitudes demagógicas ou irracionalmente anticlericais que o conseguirão. O anticlericalismo é filho do clericalismo, mas não será nunca a sua cura.

O único meio eficaz de evitar o clericalismo, ou de o combater se ele se manifestar, é os leigos porem-se no seu lugar e exercerem consciante, zelosa e piedosamente as suas funções no Corpo de Cristo, que é a Igreja, quer na paróquia, quer nas reuniões sinodais.

Numa paróquia de leigos com piedade individual genuína, que vive tanto a liturgia como os Sacramentos, leigos que estudam a Bíblia com perseverança, que assíduos a todos os cultos, se esforçam com trabalho e dinheiro para a extensão do Reino de Deus, numa paróquia assim não há lugar para clericalismo.

Estou convencido de que ainda o presbítero mais preocupado com os seus privilégios sacerdotais, aspiraria por pastorear uma paróquia em que os leigos, pela consciência e prática dos seus deveres, tivessem tornado impossível o clericalismo.

De facto, uma paróquia com estas características, uma paróquia cujos leigos tivessem a consciência da sua função a desempenhar, estaria a coberto também doutro mal a que chamaremos o «patronismo laico», ou seja o laicado tornado «patrão» do clero.

São incalculáveis os males causados à Igreja por esta dis-

função dos leigos, desde o cé-saro-papismo no Oriente e algumas das Igrejas da Reforma (césaro-papismo de que o «regalismo» português foi também exemplo), até ao fidalgo rico com capelão, que não é mais o seu pastor mas apenas um dos seus muitos criados.

Clérigos e leigos, necessitamos todos de recordar que Nosso Senhor «não veio para ser servido mas para servir». O Ministério, quer de clérigos quer de leigos, tem pois de ser entendido em termos de **serviço**; havemos de nos considerar servos de Deus, e uns dos outros por amor de Deus.

Seremos assim aquele «Corpo» que «segundo a justa cooperação de cada parte, efectua o seu próprio aumento para a edificação de si mesmo em amor» (Efe. 4. 16).

+ Luis, Bispo

Conferência das Igrejas Protestantes dos Países Latinos da Europa

(Continuação da pág. 6)

A primeira reunião efectuou-se em Torre Pelice, Itália, em Setembro de 1950, presidida pelo dr. Visser't Hooft, Secretário Geral da C. M. I. O tema foi então «Miséria e Grandeza das Igrejas Minoritárias».

Oito anos mais tarde, em 1958, reuniu-se a 2.ª conferência em Chambon, França, sob a presidência do pastor Henri d'Espine, versando o tema «A Vocaçào do Protestantismo latino da Europa». Já nesta conferência a representação portuguesa continha delegados da Igreja Lusitana.

A terceira e última conferência, a que tivemos o privilégio de assistir, realizou-se em Leysin, Suíça, em Outubro último, sendo o tema «As Igrejas minoritárias, servindo a Deus entre os povos». Este assunto foi depois dividido em vários subtítulos.

a) — «A Igreja quando minoritária» — A Igreja quando na comunidade está em minoria, age como testemunha em face duma maioria por vezes adversa e sobre-excitada e quantas vezes indifferente. Não se preocupa com os

números. Simplesmente deve atrair as almas, criando-lhes a consciência da sua própria natureza pecaminosa, e orientá-las para Deus.

b) — «A migração e a integração» — A Igreja perante o fenómeno do Mundo actual em completo movimento dos seus habitantes, em procura de trabalho e do sustento material para si e para os seus, não pode ficar indifferente à situação triste dos emigrados, longe dos seus lares, da sua família, enquanto estes não se adaptam ao novo meio. A Igreja tem, sem dúvida, um papel social importantíssimo de auxílio e inspiração.

c) — «A Igreja ao serviço dos outros» — A preocupação da Igreja é de servir. Servir os que têm fome e sede de justiça, os infortunados, os que são privados da sua liberdade, os doentes, os esfo-meados, os perseguidos.

A Igreja perante o sofrimento, não pode ficar estática, presa à sua incapacidade dum auxílio substancial e eficaz. Tem de estender a sua mão e agir moral e materialmente no que puder fazer, pondo-se nas mãos de Deus. A mocidade da Igreja, as senhoras, os homens, em consciência dos seus deveres crístãos e tendo como base a sua edificação na assistência regular aos cultos, e no tomar parte nos Sacramentos, devem actuar num sentido prático: «Ludo aquilo que vós fizestes a um destes pequeninos, a Mim o fizestes».

Todos estes assuntos foram debatidos seriamente com entusiasmo, aprofundando-se até aos mais pequenos pormenores, tal o cuidado que houve na preparação da conferência, no estudo dos temas e nas reuniões de discussão. As conclusões foram encorajantes e motivo de inspiração no trabalho de cada país, assim as suas delegações o saibam pôr diante dos crentes, com coragem e convicção.

Numa das sessões foi lido o relatório sobre o estado da Igreja em Portugal. Além da descrição dos vários trabalhos denominacionais com projecção geral, como Escolas, Seminários, Hospitais, Publicações, etc., e dos grandes organismos ecuménicos tais como as Escolas Dominicais, o Esforço Crístão, a Juventude Evangélica Portuguesa, etc., manifestou-se a aspiração comum duma aproximação das diferentes denominações num mais unido agrupamento eclésico, para melhor prestígio do movimento evangélico.

L. F.

Publicações Recebidas

Crítica de Livros e de Revistas Teológicas

Rev. João Soares de Carvalho

DIÁLOGO — Revista teológica do Centro Académico, Rev. Orlando Baptista — N.º 1, 1.º Semestre de 1963, Ano I — Edição do Seminário Teológico da Igreja Episcopal Brasileira — 48 páginas.

Teologia é uma palavra que fala grego. É uma ciência que transcende todas as outras pela sua dimensão escatológica, que funde num só sistema funcional os conceitos da física e da metafísica de Aristóteles, que abarca, como face e verso, a dicotomia de Espinosa da «ciência que explica» e da «ciência que salva», é um microcosmos cuja altura espiritual permite uma mais perfeita visão do Mundo, uma «Weltanschauung» mais fiel e redentora da Humanidade.

A Teologia é a «vitamina» necessária para o crescimento da Igreja e do indivíduo. Por isso nos alegramos quando nos chega às mãos mais uma revista teológica, que se proponha alimentar sadiamente a alma cristã, exercitando-a para a luta contra a incredulidade e a ignorância — e não contra os seus irmãos na fé — conduzindo-a ao «monte da transfiguração», para uma visão sincrónica das figuras bíblicas que o Senhor reuniu naquele dia. O sincronismo é a visão ideal da Igreja cristã, mórmente nos tempos que decorrem, em que há no espírito dos grandes chefes espirituais uma vontade firme de enterrar, em sepultura cristã, o velho «ódio teológico», revolucionário, forte e detestável, alface de pesadas e aguçadas «apologéticas», ignóbil tartufo que não soube «meter a sua espada na bainha».

«Diálogo», que iniciou agora a sua marcha, nasceu na Igreja Episcopal Brasileira, e, a julgar pela densidade teológica do primeiro número, auguramos-lhe um futuro próspero e profícuo para a Causa Divina. Gostámos do título. Integrámo-lo filosoficamente no pensamento de Platão expresso no «Filémon» e no «Teeteto», em que pensar é um diálogo interior do homem, e teologicamente no pensamento de Santo Agostinho, de jaez platónico, em que pensar é essencialmente um diálogo com Deus, que habita o imo do nosso imo. Assim regressamos à linha de conceitos da Escola de Antioquia que, em oposição à de Alexandria, encontrava em Cristo duas naturezas, humana e divina, duas possibilidades de diálogo, aristotélico e agostiniano. Teólogo é pensar com Deus, é dialogar com o Criador. É tornar internos os elementos externos do nosso pensamento mais puro, é elevar ao nível sincrónico todo o estudo sério da teologia diacrónica, para se atingir a síntese panocrónica do pensamento saussuriano.

Antes de prosseguirmos cumpre-nos explicar a nomenclatura que estamos a utilizar e quem foi Saussure.

Ferdinand de Saussure foi um mestre linguísta suíço, que no princípio do século descobriu um método pelo qual todas as ciências teriam vantagem em definir mais escrupulosamente os eixos sobre os quais se move a matéria de que se ocupam, e propõe assim dois eixos cruzados perpendicularmente, chamando ao horizontal o das simultaneidades, ou sincrónico, que diz respeito às relações de coexistência, e

ao outro chamou eixo das sucessividades, ou diacrónico, onde tudo é tratado individualmente e em função do tempo. Criou assim uma sincronia de revelações num plano estático, e uma diacronia de substituições num plano evolutivo ou histórico. Admite também Saussure («Cours de Linguistique Générale») o estudo panocrónico, como síntese do sincrónico e do diacrónico, que serão funcionalmente a tese, a antítese e a síntese do sistema dialéctico de Hegel. Ora a Teologia é uma ciência, que começou a estudar-se na Igreja Cristã a partir do ano 150, com S. Justino, precursor das famosas Escolas Teológicas de Alexandria e Antioquia, para me referir só às mais importantes, a primeira de carácter histórico-crítico, a segunda de carácter alegórico-místico. Destas escolas saíram Orígenes, o criador da primeira síntese de teologia científica, um Hegel em potência, um Saussure «avant la lettre», Clemente de Alexandria, Santo Agostinho, Boécio, Abelardo, Alcuíno, S. Tomás de Aquino, Santo Anselmo, e tantos outros criadores de sistemas de pensamento teológico de diferentes matizes, cujas teologias, estudadas no plano diacrónico, servirão uma mais perfeita síntese panocrónica de um grande caudal teológico, para o qual confluem nos nossos dias teólogos como Barth, Brunner, Bultmann, Tillich e outros, todos afluentes do magno curso.

«Diálogo» atingiu o alvo, na orientação que tomou de ajustar identidades, confessar realidades e descobrir valores. Os cinco artigos básicos deste primeiro número revelam já uma maturidade teológica que nos surpreende e alegra, uma ânsia de nacionalização de ideias e conceitos, bebidos nas mais ricas fontes do Velho e do Novo Mundo. A Igreja Universal, onde cabem todos as igrejas nacionais, todas as escolas de pensamento cristão e bíblico, só viverá a coexistência pacífica — respeitada, não tolerada — de estrutura teológica e litúrgica de feição cristocêntrica, quando se realizar cabalmente na tríplice função proposta por Bühler na sua «Sprachtheorie»: função *representativa* (Darstellungsfunktion), pela qual a Igreja se valoriza, valorizando e vivendo o conteúdo humano e divino da sua doutrina, função de *exteriorização* (Kundgabe), pela qual se manifesta ao Mundo, através de um verdadeiro ministério querigmático, e função de *apelo*, pela qual ela se impõe como condutora das almas a Cristo, como «mater et magistra», para acompanharmos o pensamento do saudoso Papa João XXIII.

Aos nossos irmãos brasileiros, com a devida vénia, os nossos parabéns e desejos de um ainda maior e mais profícuo ardor no Serviço de Deus.

REVISTA TEOLÓGICA — Ed. do Seminário Teológico Baptista de Leiria.

A «Revista Teológica», de magnífica apresentação gráfica, sai trimestralmente. O último número traz sete interessantes artigos sob as seguintes epígrafes: *Arqueologia, Velho Testamento, Psicologia Bíblica, História Bíblica, Educação Cristã, Teologia e Ética Social*, precedidos do clássico Editorial. No fim há uma

Revista de Livros. Quatro dos artigos são traduções do inglês, num português muito correcto. Dos três artigos originais chamou a nossa atenção particular o do dr. Arthur Herbert Lewis, professor do Seminário de Leiria, sob a rubrica *Arqueologia*, intitulado «Ugarit e o Velho Testamento». É uma sucinta e concisa notícia sobre as famosas placas de barro do século XV A. C., contendo histórias e registos comerciais dos Cananitas. O artigo, de grande valor didático, faz-se acompanhar de cinco elucidantes gravuras, entre as quais uma transcrição de escrita cuneiforme ugarítica, que algum cananita cunhou sobre argila há 35 séculos. Como diz o arqueólogo dr. Cyrus Gordon, referido no artigo, «o ugarítico é a maior descoberta literária da antiguidade desde a decifração dos hieroglifos egípcios e do cuneiforme da Mesopotâmia. Está mais próximo da Bíblia hebraica do que qualquer outra literatura».

O autor do artigo apresenta-nos a razão do interesse suscitado pelas placas de argila desenterradas das areias de Itas Xamra, e contrasta o seu conteúdo literário com o dos textos inspirados da Palavra de Deus.

A revista, na sua essência, monotemática, por princípio protestante de inflexível biblicismo, assegura-nos uma constante de tipo parabólico, sob um substracto denominacional já um tanto isento daquele absoluto sectarismo que tem separado muitos espíritos bem intencionados, mas mal preparados.

A «Revista Teológica», única na especialidade publicada em Portugal, ressentese-se contudo da ausência total, pelo menos neste último número, de colaboradores nacionais. O seu director-editor é americano e americanos são os sete autores dos sete artigos publicados.

O Leigo na Igreja Cristã

Continuação da pág. 3

sucessor dos Apóstolos. Tem-se evitado assim pela mística da hierarquia, a dispersão anárquica de valores e estimulado a unidade, amor a Deus e ao próximo, aflorando deste modo de forma visível as marcas e o sopro do Espírito Santo na Igreja, Corpo Místico de Cristo.

O leigo é sem dúvida um valor a aproveitar pela Igreja e com uma premente missão a cumprir mas que só o será eficientemente sob estas perspectivas: o r d e m, confiança e respeito dos pastores, que foram separados para um ministério sacerdotal pela vontade de Deus, Espírito Santo.

Só firmados nestas bases, poderemos elaborar planos em que clero e leigos cõscios das suas limitações, se proponham realizar a obra de Deus, entre os seus semelhantes.

Guedes Coelho

N. da R. — Por falta de espaço não nos foi possível incluir neste número uma boa parte de Publicações Recebidas, e de Notícias Paroquiais, pelo que pedimos muita desculpa.

PELA IGREJA

Notícias Gerais

Sínodo

Nos dias 1 e 2 do mês findo, teve lugar, na igreja do Salvador do Mundo, em Gaia, a Reunião do Sínodo. Tanto no primeiro dia como no segundo, as sessões foram precedidas da celebração da Sagrada Eucaristia, em que participaram além do clero e representantes seculares de diversas paróquias, outras pessoas membros da paróquia que nos hospedou.

A Reunião do Sínodo, propriamente dita, começou com o discurso episcopal, em que foram abordados temas da mais flagrante actualidade. Os trabalhos decorreram com bastante elevação, e até onde a discussão se manifestou mais viva, pôde observar-se o máximo de compostura cívica e religiosa, como era de esperar. Entre outras importantes decisões, salientamos as seguintes:

1) Dar plenos poderes ao bispo diocesano para estabelecer Concordatas de plena comunhão com a União de Utreque (Comunhão Velho-Católica) e com a Igreja Anglicana da Província da África do Sul.

2) Aderir às Concordatas de plena comunhão com a Igreja de Inglaterra e a Igreja Filipina Independente.

3) Constituir um Conselho de Bispos, conjuntamente com a Igreja Irmã em Espanha, com a participação de bispos das diversas Igrejas com as quais estamos em plena comunhão.

4) Restaurar o diaconado como officio permanente, facilitando assim o acesso à Ordem de diácono a membros fiéis e idóneos, que muito embora não possam dedicar-se ao sacerdócio, queiram fielmente servir a Igreja neste ministério.

5) Dividir a Igreja Lusitana em dois arcepresbiteros, o do Norte e o do Sul, e sancionar a nomeação do rev. dr. Daniel de Pina Cabral como arcepreste do Norte.

6) Estender a todas as Paróquias, sob certas condições, o uso experimental dos Offícios Revistos.

7) Reconduzir a Comissão Permanente anterior.

De Visita

Passou algumas semanas em Portugal um dos grandes amigos da Igreja Lusitana, o rev. António Baptista de Menezes, vigário da paróquia de S. Jerónimo, em Dawley, nos subúrbios de Londres. O rev. Menezes actuou como diácono numa celebração na igreja de S. Mateus, presidida pelo bispo, e também num Offício de Matinas na catedral.

Semana de oração pró unidade da Igreja

De 18 a 25 de Janeiro próximo, haverá em toda a cristandade uma semana especial de Oração a favor da Unidade da Igreja. O Conselho Mundial de Igrejas já nos enviou o programa a ser usado naquela ocasião, programa que oportunamente será enviado a cada paróquia. Espera-se que esta semana de Oração seja ricamente abençoada, com resultados práticos consequentes do encontro fraterno de diversas confissões cristãs em espírito de unidade.

Palestra na E. N. de Monsenhor Adelino Gonçalves

O director do jornal diário «Novidades» proferiu, no dia 30 de Novembro, na Emissora Nacional, uma palestra sobre a União de todos os cristãos, necessária para se poder vencer o materialismo ateu que ameaça a Humanidade. Entre outras coisas, a respeito dos «irmãos separados», isto é, evangélicos e ortodoxos, disse o que abaixo transcrevemos. E bem haja por isso, pois do nosso lado, com a mesma e sincera convicção, pensamos de igual modo. tal como o nosso jornal o tem dito e redito.

«Todos afinal queremos que a Redenção de Cristo a todos chegue e para isso trabalhamos. Consideramos também só causa possível de mais alta vida espiritual, tanto para os indivíduos como para a sociedade, o cristianismo, e temos feito esforços, embora separadamente, na obra que, para tal fim, pode dizer-se comum: a de levar Jesus Cristo às almas. Por que manter então por mais tempo a desunião?»

«Esqueçamos portanto cenas, atitudes, erros, lutas, paixões, invectivas do passado. Em tudo isso só pode ter havido inspiração diabólica. *Deixemos aos mortos essa triste responsabilidade* e não continuemos a oferecer ao mundo o espectáculo de filhos dispersos do mesmo Pai, de ovelhas tremalhadas do mesmo rebanho».

Movimento promotor de Evangelização

No dia 2 do corrente, sob a presidência do bispo, realizou-se na secretaria da catedral, um encontro entre o nosso clero do Sul e o rev. dr. Faircloth, Director e Fundador do Movimento Promotor de Evangelização. Após a exposição feita pelo dr. Faircloth, estabeleceu-se vivo e construtivo diálogo sobre o plano apresentado que inclui facetas muito originais e que nos merecem a maior consideração.

Paróquia da Catedral de S. Paulo Dedicção de diferentes capelas

No mês de Outubro foram dedicadas na catedral algumas capelas destinadas a cultos especiais, a sacristia e o baptistério. Este último foi dedicado à memória de dois grandes amigos da Igreja Lusitana, Lord Plunket arcebispo de Dublin, que foi incansável quando da restauração da Igreja Lusitana, em 1880 e anos seguintes e que tanto nos auxiliou e defendeu depois, perante a Igreja Anglicana, nos nossos direitos de Igreja nacional no seio da Igreja Católica Apostólica, e D. João Gregg, arcebispo de Armagh, primaz da Irlanda, que igualmente nos ajudou e amparou durante tempos difíceis, vindo a Portugal bastantes vezes ordenar os nossos diáconos e presbíteros e administrar a confirmação aos nossos fiéis.

Foram descerradas duas lápides no baptistério, dedicadas a estes dois insígnos arcebispos, a do lado direito da cruz imponente, que domina o recinto, encostada à parede frontal, ao arcebispo de Armagh; e a do lado esquerdo, ao arcebispo de Dublin. Descerraram-nas, respectivamente a viuva do primeiro, mrs. Gregg, que se deslocou de propósito da Inglaterra para este acto, e o rev. cônego Josué de Sousa, que havia sido ordenado diácono por Lord Plunket.

A cerimónia foi simples, mas sensibilizou os presentes pela evocação destes dois veneráveis antepassados dos primórdios da nossa Igreja. Nessa mesma altura, seguiu-se o baptismo da filhinha do nosso pregador leigo, sr. José Carlos Gonçalves.

As capelas dedicadas, foram a de S. Lucas, e a de S. Barnabé. A primeira, destinada aos médicos, e a última, situada junto à rua, para cultos de evangelização (à Billy Graham fomos dizendo nós...).

Foi também dedicada a sacristia e o gabinete dos ministros, que agradou a todos os membros da igreja por sua melhor situação, mesmo à entrada da igreja, e pelo arranjo interior da sua decoração.

NOTAS E COMENTÁRIOS

(Continuação da pág. 1)

mana, de respeito pela comunidade em detrimento do indivíduo, com rasgos de amor sim, mas abafados por teorias materialistas, tendo em vista os meios que empregam. É ocasião do cristianismo poder ser ouvido, não condenando todos mas auxiliando-os, numa nova dialéctica, a compreender o Mundo espiritual que nos rodeia, Deus, o Criador, Cristo, a Sua encarnação num acto de Amor pela Humanidade que sofre. Esclarecemos que não estamos sós; que o Espírito Santo está presente em tudo.

Não será isto, no fundo, o que move aqueles autores, na ânsia de fazer chegar Cristo aos corações da nova geração?

O Diálogo e o Desportismo

Nos «Encontros de Geneve» o tema discutido este ano foi «O Diálogo e a Violência». Os melhores vultos europeus do pensamento e da acção reuniram-se em mesa redonda para estudar este magno problema do Mundo presente. Penso que igualmente se deveria ter abordado este outro que lhe é pertinente de «O Diálogo e o Desportismo». De facto a irrequietude excessiva pode prejudicar o estudo, a meditação, o bom sentido das palavras, o desportismo que em todas as coisas é necessário.

No diálogo parte-se às vezes do zero, procede-se mesmo até de situações extremas e opostas. Quando assim acontece o caminho é árduo e difícil e por vezes evidencia-se fortemente, no decorrer da defesa das teses contrárias, um certo entusiasmo, caloroso, mas sério. Nestas circunstâncias não é de estranhar o poder-se pensar convictamente que o adversário está raciocinando fora do assunto, sem compreender mesmo as premissas da questão. Pois muito bem, o que parece natural, se isto, porventura, é um erro, é que se o demonstre com ideias mais claras, mais precisas. Toda a atitude sobre pretensas ofensas é indicativo dum provincialismo que ainda não se acostumou ao domínio de si próprio!

1) - Paris-Match 76:60

2) - Palavras do Discurso do Patriarca Máximo IV - Le Figaro 7/11/63

3) - Le Figaro 1/11/63

4) A Voz (21-11-63)